

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
SEMINÁRIO ESPECIAL: SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA
DEISE ARENHART

RELATO:

Atualmente, vem aumentando os debates acerca dos estudos que têm como tema a infância nos diferentes contextos. De uma questão que foi por muito tempo considerada simples, atualmente se reconhece a grande complexidade que se coloca quando o assunto é buscar compreender as crianças.

A consideração da simplicidade se veicula ao fato de que crianças sempre existiram e com elas, também se definiram explicações que buscaram construir entendimentos para universalizar a compreensão e a posição das crianças na sociedade. Porém, a complexidade dessa questão se relaciona a constatação histórica de que essas concepções não dão conta de explicar a infância enquanto uma categoria social própria e, ao mesmo tempo, heterogênea, dado os condicionantes sociais em que vivem as crianças nos diferentes contextos na atualidade. Atrelada ainda as dificuldades no campo conceitual, deparamo-nos com os limites e contradições decorrentes de um atrelamento aos modos construídos historicamente de conceber a infância, que ainda tem sua hegemonia inculcada numa cultura que relega às crianças a condição de meros objetos manipulados pelos desejos dos adultos. Esse “adultocentrismo” vem se colocando como um limite e, ao mesmo tempo, um desafio a ser ultrapassado, dada a responsabilidade de construirmos possibilidades concretas das crianças serem vistas e tratadas como sujeitos de direitos.

Portanto, nesse texto procuro agrupar elementos com vistas a contribuir para a reflexão acerca da infância, com a perspectiva de qualificar melhor as intervenções junto às crianças pequenas, especialmente, no campo da pesquisa. Sem perder de vista essa dimensão pedagógica e voltada às instituições de educação infantil, construí minhas reflexões tendo como interlocutores pesquisadores(as) da infância que têm na sociologia o principal aporte de estudo e análise. Sem desconsiderar as leituras nas diversas áreas e inclusive na sociologia, as reflexões aqui desenvolvidas representam uma tentativa de

síntese a partir de um seminário especial realizado pelo PPGE – Educação Infantil da UFSC em 30 e 31 de outubro de 2001, que tematizou a sociologia da infância, com o recorte específico nas abordagens metodológicas. Apesar do foco da discussão estar centrado no campo da pesquisa, acredito também contribuir para a reflexão de outras situações e contextos em que as crianças se inserem, cuja relação estabelecida com as mesmas raramente evolui da condição de “assujeitados” para a de sujeitos.

Ainda hoje, apesar dos estudos sobre a infância estarem apontando diretrizes que contribuam para a valorização das crianças enquanto cidadãs de direitos¹, parece que ainda temos um longo caminho a trilhar para que de fato, possamos transpor a compreensão em nível teórico para a construção de novas práticas e relações com a infância.

Essa dificuldade de estabelecer relações entre adultos e crianças pautadas no respeito às diferenças entre estas duas categorias tem sua raiz na forma como historicamente a infância foi concebida e, portanto, construída. Apóio-me nas reflexões que Manoel Sarmiento enfatizou no referido seminário, onde o mesmo, buscando agrupar elementos para compreender a construção simbólica da infância nos tempos modernos, evidencia um conflituoso paradoxo entre a representação simbólica e a situação real em que as crianças vivem suas infâncias.

Assim, nos mostra como que no contexto da modernidade se evidenciam dois movimentos simultâneos e contraditórios: ao mesmo tempo em que se prolifera um discurso que constrói simbolicamente a infância a partir da negatividade – criança não trabalha, não participa das atividades cívicas, políticas, culturais, ou seja, não é cidadã – é também junto com o acirramento dos problemas sociais na modernidade que este paradigma entra em crise. Não se trata, portanto, de uma mudança na forma de ver e tratar a infância de cunho idealista, ao contrário, esta sempre esteve relacionada às formas que os sujeitos encontram de solucionar os problemas de seus tempos. Nesse sentido, com o reconhecimento de que o projeto da modernidade calcado no desenvolvimento da sociedade capitalista deixa as marcas de profunda crise dado às condições de miséria e falência das

¹ A exemplo da Constituição de 1988 que reconhece pela primeira vez a crianças como sujeito de direitos e a educação infantil como direitos das crianças e não somente da mulher trabalhadora. Ainda cito o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente) que discorre e dá o suporte legal em relação aos direitos e deveres das crianças e adolescentes.

instituições que o sustentam, também o modo de ser criança nesta sociedade de crise acaba sendo concretamente modificado.

Portanto, o contexto político, econômico e cultural da modernidade em crise não têm mais as condições de possibilitar um jeito único de construção da infância, principalmente porque calcado em preceitos de um certo protecionismo que atribui às crianças a condição de espera e preparação para um futuro possivelmente promissor. Uma vez que a modernidade reconhece que não tem mais condições de cumprir com suas promessas, a permissividade da participação das crianças em segmentos institucionais que antes lhes eram renegados – como a esfera do trabalho produtivo, a escola, a família, o mercado – passa a ser uma necessidade em decorrência da instalação da crise social da modernidade.

Assim, a infância construída pela negatividade e protegida nos meandros da privação familiar, passa a ser objeto de interesse público, ocorrendo, como descreve Sarmiento, um processo de institucionalização da infância. As crianças passam a se inserirem no mercado de trabalho, com o discurso de que essa seria uma forma de tirá-las da marginalidade; a escola muda seu discurso tradicionalista apelando aos conceitos de autonomia e cidadania muito mais para se isentar da responsabilidade de seus próprios fracassos transpondo-os às crianças; a família também não tem mais a criança como o centro das atenções e essas passam a ter outros espaços e relações onde são educadas; a indústria cultural descobre nas crianças o grande potencial consumidor e também passa a criar produtos específicos para o público infantil.

Pois bem, talvez se olharmos sob o ponto de vista da ocupação das crianças dos espaços sociais poderíamos ver alguma positividade nessa mudança decorrente com a crise moderna. O fato é: Para quem interessa essa mudança? Quem é o mais beneficiado, as crianças ou as instituições que, tem como “manda-chuva”, o mercado capitalista? Como é a participação das crianças nas diferentes esferas sociais, trata-se de uma cidadania ativa ou tutelada?

A partir dessas questões penso que se torna mais evidente o ninho de contradições em que vem sendo construída simbolicamente infância em nossos tempos. Se atualmente assistimos a decadência do discurso da negatividade em contraposição à ascendência de um discurso de permissividade e inclusão das crianças nas esferas da vida pública, há de se

reconhecer que essa mudança não está pautada no reconhecimento profundo de que as crianças são cidadãs com um modo peculiar de entender e se relacionar com o mundo, diferente do adulto porque motivada pela racionalidade lúdica e também diferentes entre si, porque situadas em diversos contextos históricos, étnicos, sociais, culturais, etc...

Portanto, considero necessário desmascarar a perversidade ideológica que se encontra atrás do discurso de cidadania infantil, para evidenciar o grande interesse mercadológico em alargar o seu potencial produtor e consumidor. Em contraponto a essa objetivação das crianças pelo capital, Sarmiento alerta para a necessidade de qualificarmos o discurso pedagógico, no sentido de superarmos essa descarada banalização dos conceitos que vem envolvendo o discurso atual sobre a infância na atualidade. Portanto, é preciso refletir profundamente, sobre questões como: O que significa cidadania na infância em uma sociedade hegemonicamente “adultocêntrica”? Como possibilitar relações de igualdade entre adultos e crianças sem desmascarar as diferenças? Da mesma forma, o que significa a autonomia na infância? Que limites e possibilidades enfrentamos para atingir isto?

Trazendo um pouco estas preocupações para o campo da pesquisa e, centrando na questão metodológica dos estudos que tem na infância o principal interesse, tem crescido por dentro da academia, a consideração de que as crianças devem ser incluídas enquanto sujeitos nas pesquisas da infância, pois como indica o dinamarquês Langsted (1991), é importante *considerar que as crianças como especialistas quando se trata de suas próprias vidas*².

Esta é uma constatação proliferada em vários países em todo mundo. No contexto europeu pode-se evidenciar uma trajetória mais longa em relação aos estudos da infância, principalmente no campo da sociologia da infância, como é o caso da Inglaterra e França. Ainda que nestes países a infância tenha sido estudada de forma muito mais ampla, abarcando o estudo das crianças em diversos contextos, o que resulta na consolidação de uma sociologia da infância, estes também apresentam como o principal entrave as questões de ordem metodológica. Neste sentido, não se trata somente de incluir a participação das crianças enquanto sujeitos da pesquisa, mas principalmente, do *como* incluir.

² Tradução livre de Débora Thomé Sayão, revisada por Edna Duck e Brian Duck.

Acredito que esta é uma preocupação legítima de pesquisadores e educadores que, por convicção e não meramente discurso modista, se propõe a construir formas de cidadania ativa junto às crianças em seus processos de pesquisa.

Nesse sentido, a partir do reconhecimento de vários limites e dificuldades enfrentadas em relação à inclusão das crianças enquanto sujeitos de pesquisa é possível também apresentar algumas possibilidades, construídas pelo acúmulo das experiências, estudos, reflexões oriundas desse processo de inclusão.

Parece-me que tem sido esse o movimento que os estudiosos da infância que buscam essa perspectiva de participação das crianças nas pesquisas tem buscado: a atitude de não centrar nas dificuldades, mas de aprender com elas para construir balizadores que possam melhor orientar metodologicamente os decorrentes estudos. Nesse sentido, apresento sucintamente alguns elementos que foram apontados no referido seminário que expressam os principais problemas em relação às pesquisas com crianças e, ao mesmo tempo, também apontam algumas diretrizes que podem ser fecundas na orientação de trabalhos nesse campo.

Como um primeiro fator inibidor para conhecer as crianças, Sarmiento cita o “adultocentrismo” reinante na cultura moderna, que nos impede de realizar a leitura dos modos de expressão das crianças; que dificulta o exercício de alteridade, necessário para entrar nas entranhas do outro, como também aponta Silva no mesmo seminário; que também limita nossa capacidade de utilizar recursos e linguagens inteligíveis às crianças e ainda, de conseguir compreender suas mensagens através de seus múltiplos modos de expressão; que, ainda que não queiramos, coloca uma relação de poder dos adultos sobre as crianças quase intransponível, uma vez que sempre serão adultos interpretando as manifestações das crianças, e essas muito pouco e algumas nada tem a fazer enquanto contestação dessas interpretações; que superestima as produções culturais dos adultos e por muito tempo desconsidera às crianças enquanto sujeitos produtores e reprodutores de cultura, o que leva Jucirema Quinteiro também a constatar que nada ou muito pouco sabemos sobre as culturas infantis.

Mediante estas adversidades, a mesma autora faz a seguinte provocação: Será preciso então tornar-se criança para pesquisar a infância? Será preciso viver o brinquedo para compreender as crianças?

Considero que também não se trata de infantilizar nossa condição de adultos, mesmo porque isto seria impossível dado que a história das pessoas está materializada em seu corpo, portanto, não se muda de personalidade como se troca de roupa. O desafio se encontra em outro patamar: trata-se de conseguir travar relações de igualdade e alteridade entre diferentes, no sentido de possibilitar que ambos – adultos e crianças – se compreendam sem escamotear as diferenças. Portanto, não são os adultos que vão impor os modos das crianças pensarem, se comportarem se expressarem como historicamente temos feito, mas, o contrário, é preciso se aproximar dos modos de ser criança no mundo para permitir que elas expressem aquilo que verdadeiramente são, e não aquilo que queiramos que sejam.

Talvez se possa pensar que esse exercício de alteridade que deveria orientar as relações entre pesquisadores e crianças, seja algo como se deixar envolver pela dimensão brincalhona, sem com isso, perder a razão, a capacidade de se enxergar e realizar a leitura do mundo.

Nesse sentido, cabe enfatizar a importância que tem representado para os estudos que incluem a participação das crianças, a diversidade de instrumentos metodológicos, no sentido de captar a expressão simbólica das crianças a partir de suas cem linguagens... Aqui cabe o alerta Mauricio: é preciso deixar-se ser sensível e criativo nas técnicas que permitem a aproximação com as crianças, mas sem perder a vigilância epistemológica.

Portanto, argumenta Sarmiento sobre a necessidade de relegarmos das formas tradicionalistas de conceber e realizar os estudos sobre a infância, que a colocam como campo de aplicação de verdades pré-concebidas e considerá-la como um campo de possibilidade, um campo em aberto, em construção. Para essa construção o mesmo autor ressalva, além das orientações já citadas anteriormente, faz-se imprescindível que o caminho a ser construído seja motivado por um profundo compromisso político com a infância.

Nesse sentido, os estudos sobre e com as crianças somente se justificam se tiverem a responsabilidade de contribuir para a qualificação da cidadania, de modo que no próprio processo de pesquisa este conceito seja vivido, permitindo às crianças de fato vivenciarem a experiência de serem sujeitos na construção de suas vidas e do conhecimento.